

**A. I. N°** - 110119.0026/06-7  
**AUTUADO** - R CALFA CALÇADOS LTDA.  
**AUTUANTE** - DEMÓSTHENES SOARES DOS SANTOS FILHO  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 20/03/07

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACORDÃO JJF N° 0072-03/07

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Em tais operações, não havendo convênio ou protocolo que preveja a retenção do imposto pelo remetente, cabe ao adquirente (destinatário) efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Comprovado nos autos que parte do imposto já tinha sido objeto de denúncia espontânea, e que ocorreu lançamento em datas incorretas. Com as retificações ocorreu redução do débito. Infração parcialmente elidida. Rejeitada a nulidade suscitada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, foi lavrado em 30/06/06, exige o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos Anexo 88 [calçados: 2004], no valor de R\$10.291,26, acrescido da multa de 60%.

O autuado, na defesa apresentada (fls. 27 a 30), por meio de advogados legalmente constituídos (fl. 33), diz que a acusação não pode prosperar, tendo em vista que parte dos valores exigidos já foi objeto de denúncia espontânea e parcelamento da dívida no processo nº 60000039/05-8, no montante de R\$8.685,66, conforme documento juntado à fl. 34.

Alega que nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem, que preveja a retenção do imposto, o prazo para pagamento é previsto para o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento adquirente. Afirma que da análise dos demonstrativos elaborados pelo autuante, fez as seguintes constatações:

- a) As mercadorias consignadas notas fiscais de nº 478275, 481999, 468607, 114929 e 134802, foram recebidas no mês de maio/04, enquanto o autuante considerou entrada no mês de junho/04;
- b) As mercadorias relacionadas na nota fiscal nº 1087, emitidas pela empresa SA COSTA, foram recebidas no mês de outubro/04 e o autuante incluiu indevidamente na planilha do mês de novembro/04.
- c) As mercadorias consignadas notas fiscais de nº 850799, 849493, 847944 e 848688, foram recebidas no mês de dezembro/04, enquanto o autuante considerou entrada no mês de novembro/04.

Diz que os vícios e erros conduzem à nulidade e se corrigidos, à improcedência da autuação. Juntou demonstrativo à fl. 35, para demonstrar que a autuação incorreu num excesso de cobrança

totalizando R\$5.765,45. Reconhece que do confronto com o valor apurado pelo autuante com o imposto já pago e parcelado, resta devido o valor de R\$1.587,99.

Requer que na busca da verdade material, seja procedida conferência, ajuste do débito, e declarada a improcedência da autuação. Protesta pelos meios de prova em direito admitidos, juntada posterior de documentos, contra-prova, diligências, exames, vistorias e revisão do lançamento.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 39), diz que após a análise dos documentos e comprovações apresentadas junto com a defesa, procedeu à reclassificação das notas fiscais nos meses alegados pelo autuado e elaborou novo demonstrativo de débito à fl. 39, o que resultou em débito remanescente de R\$4.685,21.

Finaliza dizendo que tendo acolhido todas as alegações defensivas, requer que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal (fl.141), e concedeu prazo de dez dias para se manifestar, caso quisesse, o que não ocorreu no prazo devido.

#### **VOTO**

Deixo de acatar a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, sob argumento de que ocorreu cometimento de vícios na sua lavratura, tendo em vista que pela descrição dos fatos é possível identificar a natureza da infração, o montante do débito e o lançamento encontra-se embasado nos demonstrativos elaborados pelo autuante, dos quais o sujeito passivo recebeu cópia e foram acostados ao PAF, sendo os erros passíveis de correção nos termos do art. 18, parágrafo 1º do RPAF/BA.

No mérito, o Auto de Infração acusa o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, relativo à compra de mercadorias em outras unidades da Federação.

Na defesa apresentada o autuado indicou diversas inconsistências no levantamento fiscal, o que foi acatado pelo autuante.

Pela análise dos demonstrativos e documentos juntados com a defesa verifico que:

Conforme demonstrativo juntado pelo autuante à fl. 12, as notas fiscais de nº 478275, 481999, 468607, 114929 e 377712 e 377440, foram emitidas pelos fornecedores entre os dias 04 a 27/05/04 e considerando que o emitente está localizado no Estado do Ceará, é razoável acatar a alegação defensiva de que as mercadorias foram recebidas pelo autuado no mesmo mês em que foram emitidas;

A nota fiscal de nº 1087, conforme demonstrativo do autuante (fl. 14), indica que foi emitida no dia 28/10/04, devendo ser acatado o argumento defensivo de que deu entrada no estabelecimento no próprio mês;

As notas fiscais de nº 850799, 849493, 847944 e 848688, conforme demonstrativo juntado pelo autuante à fl. 15, foram emitidas no dia 30 de novembro/04, por empresa localizada no Estado do Ceará (Grendene), devendo ser acatada a alegação defensiva de que só ingressaram no estabelecimento autuado no mês de dezembro/04.

O autuante, em sua informação fiscal acatou parte das alegações defensivas e indicou como débito remanescente o valor de R\$4.685,21 (fl. 39), enquanto o autuado no demonstrativo juntado à fl. 35 indicou débito de R\$1.587,99. Confrontando os mencionados demonstrativos, constato que o autuado na sexta coluna intitulada “VI. da diferença Fisco x Contribuinte”, compensou dos meses que o autuante apurou diferenças exigidas no presente lançamento, os valores recolhidos ou denunciado a mais do que foi apurado pela fiscalização.

Pelo exposto, nesta fase processual não pode ser compensado do débito, os valores que porventura tenham sido recolhido a mais, nos termos do art. 73 do RPAF/BA, o que pode ser feito mediante pedido de restituição de indébito, e se comprovado, poderá ser utilizado tais valores para pagamento do débito apurado na autuação.

Dessa forma, considerando, ainda, que o defendente após ser cientificado não contestou o débito apurado pelo autuante na informação fiscal, acato o demonstrativo de débito juntado pelo autuante à fl. 39, e considero devido o valor remanescente de R\$4.685,21, retificando a última data do mês de ocorrência para 31/12/04, em vez de 31/02/04, em conformidade com o demonstrativo de débito original. Infração parcialmente procedente.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme demonstrativo abaixo:

Data Ocorr	Data Vencto	Base de Cálculo	Aliq %	Multa %	Valor em Real
28/02/04	09/03/04	1.693,00	17,00	60,00	287,81
31/07/04	09/08/04	878,71	17,00	60,00	149,38
30/08/04	09/09/04	291,53	17,00	60,00	49,56
31/10/04	09/11/04	3.364,65	17,00	60,00	571,99
31/12/04	09/01/05	21.332,18	17,00	60,00	3.626,47
Total					4.685,21

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração n.º **110019.0026/06-7**, lavrado contra **R CALFA CALÇADOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.685,21**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “d”, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de março de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR